

2019/04/02

O futuro da paz e estabilidade no mundo

Alexandre Reis Rodrigues

A situação de segurança no mundo está num caminho de profundas alterações. Acumulam-se sinais que levam muitos analistas a concluir que as possibilidades de regresso a conflitos entre estados, inclusive entre as grandes potências, pode estar a deixar de ser uma possibilidade remota ou mesmo quase inexistente, como tem sido o caso da segunda hipótese.



Depois de meio século de casos raros de confronto entre estados e de um curto interregno, após o fim da Guerra Fria, em que até os principais opositores dos EUA pareciam conformados com a supremacia da superpotência, estamos de volta a uma situação de rivalidade e de competição por áreas de influência.

Pelo que nos mostra a anexão da Crimeia e os conflitos no Mar do Sul da China, e, em geral, os programas de reequipamento militar da China e da Rússia, estas duas potências parecem determinadas em não contemporizar com a manutenção de uma ordem mundial liderada pelos EUA, que consideram não servir os seus interesses.

Como tentarão alcançar o seu objetivo, num contexto em que a dissuasão nuclear continuará a ter um papel determinante e em que os interesses económicos exigirão sempre previsibilidade e estabilidade?

Não vivemos tempos que nos permitam antecipar o futuro com razoável credibilidade, mas, neste caso, está disponível uma combinação de sinais – políticos e militares - que tornam mais aceitável o risco de um desafio de prospeção. No campo político, parece claro que o posicionamento dessas duas potências, perante crises ou situações de instabilidade, tende a guiar-se mais pelo interesse em dificultar o desfecho por que, regra geral, os EUA e o Ocidente lutam, independentemente da justeza da causa subjacente. O caso da crise na Venezuela é o mais recente exemplo dessa atitude.

No campo militar, o que nos mostram os factos em desenvolvimento, é um investimento prioritário nos arsenais nucleares, para garantir um nível adequado de dissuasão, e em capacidades anti-acesso (A2/AD) para afastar os EUA das suas áreas de influência, postura comum à Rússia e China. Em plano paralelo, mostram-nos uma tendência de exploração da zona cinzenta entre guerra e paz, recorrendo a guerras híbridas para evitar confrontações diretas, de que o caso da Ucrânia é a melhor e mais recente exemplificação desta orientação.

Esta análise – a confirmar-se correta- permite-nos concluir que poderemos continuar a contar com uma relativamente alta improbabilidade de conflito direto entre as

grandes potências, em parte importante, mas não em exclusivo, devido ao receio de um resvalar para o campo nuclear.

No entanto, os conflitos internos e guerras civis, com o envolvimento, direto ou indireto, das três grandes potências e respetivos aliados, vão permanecer em níveis mais altos e com mais longa duração do que o antecipado nas expectativas criadas pelo crescimento do número de democracias liberais e de economias capitalistas de mercado.¹ É um revés na medida em se esperava que os avanços dos processos democráticos, juntamente com a preocupação de manutenção de um clima propício aos interesses económicos, iriam continuar a contribuir para a redução geral do número, gravidade e duração dos conflitos no mundo.

Afinal, o que se está a observar é uma perda de importância do “*soft power*” - na conceção de Joseph Nye² - como valor para a promoção da democracia, linha em que americanos e europeus (principalmente estes últimos) confiavam para, progressivamente, converter o mundo ao sistema e valores do Ocidente. Numa linha de orientação precisamente contrária, a China tenta passar a mensagem de que a participação no processo de globalização não deve pôr em causa a cultura e valores próprios dos países, as suas ideologias e, de nenhuma forma, deve obrigar a adotar os mesmos compromissos e alinhamentos político-ideológicos. Estas diferenças de entendimento, aparentemente irreconciliáveis, vão continuar a impedir qualquer aproximação para alguma coordenação na resolução dos vários conflitos.

É uma situação esperada desde há mais de uma década, mas que se admitia ultrapassável. Não foi e tornou-se mais complexa com o facto de a atual administração americana não se mostrar disponível para manter a linha de orientação que permitiu criar e manter a ordem internacional que os EUA construíram com o apoio dos europeus, sem avançarem com uma alternativa.

Com que poderão contar os europeus para evitar um conflito grave, neste contexto cada vez mais complexo é a questão para que urge encontrar uma resposta. Não será, certamente pelo que se viu atrás, na importância da atração do seu “*soft power*”. Nem também no papel do Conselho de Segurança das Nações Unidas, onde o poder de veto dos “cinco grandes” continua sistematicamente a impedir o seu funcionamento útil, principalmente nas circunstâncias mais complexas em que seria mais preciso. Espera-se que possam contar com a NATO, como plataforma para uma ação coletiva, mas esta pode muito bem não ser, por várias razões - natureza e área de responsabilidade -, a organização melhor configurada para o ambiente de segurança atrás referido. O que resta então? Resta o que, afinal, é o mais importante de tudo, mas também está a falhar: manter uma frente unida e capacidade de intervenção, com a credibilidade necessária para ser olhada com respeito.

¹ Malgrado os sucessos neste campo - entre a década de 80 e a de 2010, o número de democracias liberais cresceu de 100 para 150; e o número de economias capitalistas baseadas num mercado livre passou de 40 para 100 - o mundo não evoluiu nesse sentido.

² Para Nye, a essência do *soft power* americano assentava em políticas democráticas liberais, uma economia de mercado livre e alguns valores fundamentais na área dos direitos humanos.